

OS ESCRAVOS E A ESCRAVATURA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA E AS SUAS INCIDÊNCIAS TEMÁTICAS EM OS *CATIVOS*, DE PLAUTO (COMÉDIA ROMANA)

José Carlos Magalhães Pereira

ABSTRACT

We set out to analyse slaves and slavery in Classical Antiquity and their impact on Roman Comedy, based essentially on Plautus' *The Captives*, in which a *pater familias* tries to rescue one of his sons, a prisoner of war, when he has already been deprived of another, who was kidnapped at the age of four.

Our interpretation of *The Captives* is conceived according to the *ius postliminium*, in the context of Rome's politics of rescuing captives from the Second Punic War. We also compare this work with another by the same comedian, *Epidicus*.

Keywords: Plautus, *The Captives*, slavery, Roman Comedy.

RESUMO

Propomo-nos a fazer uma análise sobre os escravos e a escravatura na Antiguidade Clássica e as suas incidências na Comédia Romana, baseada, fundamentalmente, na obra *Os Cativos*, de Plauto, em que um *pater familias* tenta resgatar um dos seus filhos, prisioneiro de guerra, quando já se encontrava privado de outro, que fora raptado aos 4 anos de idade.

A nossa interpretação de *Os Cativos* é concebida segundo o *ius postliminium*, no âmbito da política de Roma de resgatar os cativos da Segunda Guerra Púnica. Comparamos, ainda, a mencionada obra com outra do mesmo comediógrafo, intitulada *Epídico*.

Palavras-chave: Plauto, *Os Cativos*, escravatura, Comédia Romana.

Recebido em 26 de junho de 2024

Aceite em 2 de setembro de 2024

DOI: 10.58155/revistadeletras.v1i9.534

Introdução

A escravatura – abolida definitivamente no mundo apenas no século XX – era tida como normal na mentalidade de sociedades como a da Grécia e a da Roma Antigas. Qualquer coisa indigna que o senhor fizesse devia ser considerada como digna. “O escravo torna-se assim cúmplice da sua própria subordinação”¹ (Stewart 2012: 62). Fazia parte do costume (*nomos*).

De um modo geral, um cidadão tornava-se escravo por dívidas, como capturado de guerra, como militar da facção inimiga e/ou familiar (incluindo mulheres e crianças) derrotada, bem como por ações de pirataria (rapto de militares e civis por estrangeiros) ou por sentença sobre crimes cometidos. O grego Sólon (séculos. VII e VI a.C.) testemunha como a conversão à escravatura podia acontecer por castigo de crimes cometidos, por exemplo, contra a disciplina e a boa ordem (*eunomia*): “É esta a ferida inevitável que já surge em toda a cidade, / que se precipita, veloz, na desgraça da escravatura, / que desperta a revolta civil e a guerra adormecida, / que perdeu a vida amável de tantos” (Sólon *apud* Pereira 2009: 134). Recorde-se que Sólon, poeta e reformador político, aboliu a escravatura por dívidas, que voltou a ser implantada no final da Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.). Numa passagem homérica, “O cão de Ulisses”, evidencia-se a ideia (teoria) grega de que o valor do escravo correspondia a metade de um homem livre: “Zeus que vê ao longe retira ao homem metade do seu valor, / quando chega para ele o dia da sua escravização” (Homero *apud* Lourenço 2018: 17.322-324). Mas verdade é que o valor era quase nenhum. Quanto ao panorama latino, Plutarco (46-120) mostra-nos a figura tradicional do *pater familias* romano, no âmbito da economia rural, com o exemplo de Catão, o Velho (234-149 a.C.): “Catão possuía numerosos escravos. Comprava sobretudo prisioneiros de guerra ainda pequenos e que se podiam criar como jovens cães ou potros. (...) punia com o chicote, imediatamente depois do repasto...” (Plutarco *apud* Teixeira e Ferreira 2005: 107).

1. Estado da arte

Não encontrámos testemunhos anteriores ao século IV a.C. em que se questione verdadeiramente a desigualdade entre escravos e cidadãos livres perante a natureza (*physis*) ou se faça uma condenação veemente da

¹ Tradução da nossa autoria.

escravatura. Entretanto, surgiram pensadores que, dialeticamente ao longo dos séculos, contribuíram para a mudança desta mentalidade – uns mais assertivamente do que outros. Os sofistas gregos – nos quais pontificavam nomes como o de Protágoras, Hípias, Alquidam (Alcídamas), Licofrón e Antifón – eram adversários da escravatura. Alquidam (séculos V e IV a.C.) dizia que a natureza fez todos os homens iguais em direitos e em dignidade e que foi a lei civil que produziu as diferenças entre os homens. Aristóteles (384-322 a.C.) discorda da posição sofística e verdade é que a maioria dos filósofos de então aceitava a servidão, entre os quais o Estagirita. Porém, este advoga que há obrigações e deveres mútuos de escravos e senhores; foi um dos primeiros a promover o debate alargado sobre o conceito de escravatura, classificando-a em dois tipos: o escravo por convenção, relativamente aos bárbaros capturados em palco de guerra, e o escravo por natureza. Aristóteles teve dificuldade de justificar esta última condição, dada a sua crença na existência da alma na espécie humana. Sem deixar de questionar a servidão, reconhece que o senhor e o escravo convergem nos interesses, admitindo que a escravatura é conatural em certos indivíduos: “É quem pode usar o seu intelecto para prever, é, por natureza, governante e senhor, enquanto quem tem força física para trabalhar, é governado e escravo por natureza. Assim, senhor e escravo convergem nos interesses” (Aristóteles *apud* Amaral e Gomes 1998: 1252a-30-33). Aristóteles fundamenta esta reflexão ao preconizar que o escravo é uma propriedade viva, não é um objeto traficável, que existem as aludidas obrigações e deveres recíprocos, a fim de se obterem os recursos indispensáveis de sobrevivência para o agregado familiar, que tinha as seguintes funções: sexual ou marital; paternal (procriação); despótica ou dominical (relação senhor e escravo para preservação de ambos); e crematística (produção de recursos, propriedade, riqueza, para melhor qualidade de vida) (Aristóteles *apud* Amaral e Gomes 1998: 1252a 24 ss e 1265a ss). Os estoicos, como Séneca (4 a.C.-65 d.C.) e o antigo escravo Epicteto (55-135), “não seguiam a teoria aristotélica da escravatura natural, mas não porque a combatessem, [...] fizeram foi deslocar a atenção da escravidão legal para a escravidão moral” (Joly 2005: 76). Ou seja, não debatiam as causas que levavam à escravatura, mas a maneira como evitar cair nela, atribuindo-lhe uma conotação metafórica. Para os estoicos, a distinção senhores-escravos é tão-somente obra do acaso, que tem que ver com os infortúnios na vida, enquanto a escravatura moral prende-se com a oposição entre o corpo e a alma; preconizavam o ideal da tranquilidade, conforme a natureza, sem paixões, emoções fortes, poder ou riqueza. Porém, Séneca considerava os

escravos como parte da riqueza de um senhor, pelo que era contrário aos maus-tratos. Numa carta ao seu amigo Lucílio lamenta: “os infelizes escravos nem sequer podem mover os lábios para falar: o mínimo murmúrio é punido à chibatada” (Séneca *apud* Campos 2014: 47.3). Alguns tragediógrafos gregos, como Ésquilo (séculos VI e V a.C.) – nomeadamente n’ *Os Persas* –, demonstraram a estrita ligação dos regimes de tirania com o fenómeno da escravidão. Platão (séculos V e IV a.C.), não obstante considerar os escravos tendencialmente maus e ignorantes, manifesta-se contra a existência de servos gregos das cidades gregas: “Assim poderão voltar-se mais para os bárbaros, e abster-se dos seus” (Platão *apud* Pereira 2011: 469 c). O romano Cícero (106-43 a.C.) alerta que a servidão de seres humanos pode ser um fator de instabilidade social e de guerras civis: “Foi daí que advieram, entre os Atenenses, grandes discórdias e, na nossa república, não só sedições, mas também as pestíferas guerras civis [...]” (Cícero *apud* Pereira 2010: I.25.85). Para Cícero, o escravo é um ser humano. Defende esta ideia, ao valorizar a distinção entre o domínio do espírito sobre o corpo e o do espírito sobre os desejos – o primeiro domínio é semelhante à linha de obediência voluntária dos cidadãos em relação ao rei e dos filhos em relação aos pais; o segundo parece-se com o senhor que exerce a punição e repressão sobre os escravos. Em *Dos Deveres*, Cícero defende que a escravatura é o pior de todos os males, mesmo em relação à morte.

2. A situação jurídica e social do escravo, estimativas, cativos de guerra e por pirataria

“A situação jurídica e social do escravo era, em princípio, de opressão” (Neila 2006: 174). O senhor tinha direito absoluto sobre os seus servos, tanto no que respeita à vida e à morte de cada um (*ius utendi et abutendi*). O sistema jurídico de Roma considerava o escravo (*servuus*) como um não-sujeito, tão-somente como uma *res* – uma coisa ou um bem qualquer do seu senhor (*dominus*) –, que estava excluído da posse de bens patrimoniais, de liberdade, de direitos, de cidadania e, entre outros, o de constituir família. As uniões conjugais entre escravos – que, obviamente, tinham filhos, *uernae* – não eram reconhecidas como casamentos, mas apenas como concubinato, *contubernium*. Por outro lado, o servo não gozava de qualquer capacidade processual, pelo que não podia ser autor nem demandado. No entanto, podia denunciar cidadãos livres em casos de gravidade extrema, mas as queixas eram tratadas apenas a nível policial e não sentencioso. Se o dolo do

senhor implicasse o interesse público – a ordem comunitária, por exemplo –, o imperador podia autorizar a abertura do auto (Neila 2006: 175, e Justo apud Teixeira e Ferreira 2005: 104). A punição dos escravos em relação aos cidadãos livres pelo mesmo delito era desigual.

O escravo sujeitava-se aos mais variadíssimos castigos, desde as chibatadas até às mais horripilantes torturas, como mutilações, castração, estigmas de fogo na carne, decapitação, afogamento e lançamento às feras ou a gladiadores.

O escravo romano podia passar para a condição de liberto (*libertus*), através de *manumissio* (alforria), quando tinha possibilidade de angariar um pecúlio (*peculium*) e, com isso, comprar a sua liberdade. Com esta nova ordem jurídica, o escravo adquiria o *status libertatis* (estado de liberdade), o *status ciuitatis* (estado de cidadania, com o qual podia participar na vida cívica) e o *status familiae* (estado de família, podendo vir a constituir agregado e tornar-se num *pater familias*). Porém, esta alteração não libertava o antigo servo de cumprir certos deveres. É certo que a relação deixava de ser de *seruus* (servo)/*dominus* (senhor), mas passaria para *libertus* (liberto) igual a *cliens* (cliente) em relação ao *patronus* (patrono). O *libertus* era obrigado ao dever de *obsequium* – não podia pleitear contra o seu *patronus* sem autorização do magistrado; ao dever de *operae* – prestar determinados serviços, por exemplo, administrar bens do antigo senhor e cuidar dos filhos dele; e dever de *bona* – oferecer-lhe alimentos em caso de necessidade (Neila 2006: 175, e Teixeira e Ferreira 2005: 105).

A legítima tutela *do patronus* levava a outras situações restritivas da condição de liberdade do antigo servo, demasiado controlado. Ademais, essa tutela prolongava-se por direito sucessório na morte do *patronus*, mesmo que os filhos deste fossem menores. Ao invés, o *libertus* não tinha qualquer direito sobre a herança dos bens deixados pelo seu *patronus*. Este herdava os bens à morte daquele, caso não deixasse filhos (*fili in potestate*). Como vemos, “o *libertus* não ficava equiparado ao nascido livre, o *inge*, nem no Direito público ou privado. Não podia aceder às magistraturas nem ao Senado...” (Neila 2006: 175). Porém, houve *libertis* que “chegaram por vezes a um certo nível de riqueza...” (Neila 2006: 175), por exemplo, Trimalquião, personagem de *Satyricon*, de Petrônio (27-66 d.C.). A nível cultural, destacaram-se figuras como Horácio (65-8 a.C.), filho de um antigo escravo; Terêncio (II a.C.), que nasceu em Cartago como escravo; e o já mencionado filósofo grego Epicteto, que chegou a viver muito tempo como escravo em Roma.

2.1. Elevado número de escravos no mundo romano

São variáveis as estimativas do número de escravos no mundo romano, mas sabe-se que a percentagem era muito elevada – terá chegado a dois milhões, entre o centro e o sul de Itália –, nada comparável com os números da Grécia, apesar de esta não permitir ao escravo a compra da sua liberdade. Calcula-se que, com as vitórias do exército de Roma nas três Guerras Púnicas – que levaram à substituição da República (509-27 a.C.) pelo Império (27 a.C. – 476 d.C.) – e com a necessidade de se suprimir a falta de mão de obra na agricultura romana, em vias de transformação a partir do século II a. C. e com grandes latifúndios, “o número de escravos aumentou consideravelmente, recrutando-se então a sua maioria entre os cativos da guerra” (Neila 2006: 17). Porém, segundo Jason Paul Wickham, não se pode inferir que os escravos agrícolas sejam provenientes em grande massa de capturas na guerra. Aludidas “evidências documentais sugerem que a escravidão durante a guerra era mais limitada”¹ (Wickham 2014: iv, parte do resumo), devido a problemas em controlar, transportar e comercializar um grande número de escravos. Wickham garante que “um maior número de prisioneiros civis foi tomado, em sua maioria, composto por mulheres, crianças e escravos” (Wickham 2014: iv, parte do resumo). Roma sofria poucas perdas militares por captura. O império estava em franca expansão e vencia todas as investidas. Porém, sofria a perda de cidadãos livres e escravos, por pirataria, que foi um grande problema para Roma. Havia os piratas da Córsega, Sardenha, Dalmácia, Ilhas do Mar Egeu, Creta, costa meridional e da costa menor da Sicília e de, entre outros, da costa ocidental de África. O general Pompeu congregou 130 mil homens e 500 navios, e derrotou-os: “capturou-lhes 846 barcos, deu morte a 100 mil corsários, arrasou praças-fortes e fez 20 mil prisioneiros” (Montenegro 2006: 136).

2.2. Cativos de piratas e vencidos da guerra na literatura homérica

Dado que vamos encontrar n’*Os Cativos* a personagem Tíndaro, filho de Hegião, que fora raptado com apenas 4 anos de idade pelo escravo Estalagmo – que o vendeu –, interessar-nos-á demonstrar com duas passagens de Homero (século VIII a.C.) uma das atividades dos piratas, que era a angariação e tráfico de escravos. Duas passagens de rapto, interligadas

¹ Tradução da nossa autoria.

entre si, e que culminam em situações de escravatura para as vítimas, bem ilustrativas da existência de uma “autêntica cadeia viciosa de tráfico humano”¹ (Lourenço 2018: 456), que era uma prática habitual da maioria dos povos da altura: Eumeu, o porqueiro de Ulisses, conta a este que é filho de Ctésio, o monarca da ilha de Síria. Ainda bebé, o príncipe foi confiado a uma escrava fenícia, que se deixou seduzir por piratas também fenícios. A escrava raptou o menino, entregou-o a esses piratas e fugiu com eles, que, por sua vez, o venderam como escravo a Laertes, soberano de Ítaca e pai de Ulisses. A escrava morreu na viagem marítima e os piratas atiraram o corpo ao mar. Eumeu lamenta:

Atiraram-na borda fora, como manjar de peixes e focas.
Eu fiquei sozinho, a lamentar-me no meu coração.
O vento e as ondas trouxeram-nos a Ítaca,
Onde Laertes me comprou com o seu próprio dinheiro.

(Homero *apud* Lourenço 2018: 15.480-484)

Eumeu, no referido diálogo com Ulisses, menciona que a escrava fenícia, por sua vez, tinha sido raptada, também, pelos piratas Táfios, que a venderam ao seu pai, Ctésio, rei da ilha de Síria. Eumeu descreve a Ulisses a conversa havida entre a escrava e um pirata fenício, antes de combinarem o rapto do menino:

Declaro que nasci em Sídon, rica em bronze,
E que sou filha de Aribante, que transbordava de riqueza.
Mas foram Táfios, piratas, que me raptaram
Quando regressava do campo e para aqui me trouxeram.
Para o palácio daquele homem que por mim pagou bom preço.

(Homero *apud* Lourenço 2018: 15.425-429)

Recorrendo novamente a Homero, vejamos uma das passagens mais conhecidas e emocionantes da literatura clássica. Fala da Guerra de Troia e mostra-nos como se pode cair nas malhas da escravatura: Heitor, o comandante contra os gregos, ao encontrar a sua esposa, Andrómaca, e o filho – um menino ainda de colo – faz uma pausa. Heitor tem a consciência de que a cidade cairá e, com isso, ele próprio morrerá e a sua família cairá nas malhas da escravatura. Mesmo assim, não cede, demonstrando aquilo a que

¹ Parte das notas ao Canto 15

se designa por *areté* (excelência, virtude); era uma atitude de compromisso consigo mesmo, de honra. Heitor avisa Andrómaca que irá em lágrimas, levada pelos Aqueus, “privada da liberdade que vives no dia a dia: / em Argos tecerás ao tear, às ordens de outra mulher; / ou então, contrariada, levarás água da Messeida ou da Hipereia, / pois uma forte necessidade terá se abatido sobre ti” (Homero apud Lourenço 2019: 6.454-459). Era este o destino das mulheres e filhos livres cujos maridos/pais morriam na guerra. Refira-se, no entanto, que os prisioneiros de guerra podiam ser devolvidos por tratados entre governos, ao contrário dos escravos dos vencidos, que permaneciam escravos. Havia libertados por resgate, por troca de prisioneiros e por clemência (para os vencidos que não tivessem resistido)¹ (Wickham 2014: 26 e 207).

2.3. Posição social do escravo conforme o seu ramo de atividade

A situação do escravo variava muito em função dos seus méritos e da sua dedicação:

a) O escravo agrícola vivia em condições penosas em largos domínios de terra e nos moinhos, mal alimentados e mal vestidos, sofriam penosos castigos e torturas. Tinham baixa instrução. Porém, havia escravos agrícolas que, tal como os urbanos, faziam a gestão dos recursos e bens, juntamente com libertos, na impossibilidade dos senhores.

b) O escravo urbano era, em geral, o mais beneficiado, porque estava próximo do amo, trabalhando nas casas, e, a bem dizer, chegava a fazer parte da sua família. Executava tarefas “menores” (como limpeza, cozinhar e tomar conta de crianças pequenas). Alguns escravos especializavam-se em tarefas “superiores” (como secretário e pedagogo), dado terem mais instrução. O escravo urbano era o mais sujeito a abusos sexuais. Trimalquião confessa: “Também fui a delícia do meu senhor por catorze anos. O que o senhor ordena não é abjeto” (Petrónio apud Joly 2005: 63). Nas cidades, outros escravos dedicavam-se ao artesanato.

c) O escravo público (do Estado) executava os trabalhos de interesse geral da comunidade, havendo os que tinham as tarefas de

¹ Tradução das citações indiretas da nossa autoria.

limpeza das ruas, edifícios públicos e templos, os que tratavam da construção e conservação de infraestruturas, os que apoiavam nas atividades religiosas, outros nos serviços de administração, entre outros trabalhos.

d) O escravo nas minas e nas pedreiras era, tal como o servo agrícola, o que tinha menos instrução. Era muito mais maltratado, com trabalhos forçados e castigos dolorosos, com escassos intervalos para descanso. Muitas vezes era uma aplicação penal por algum delito do escravo. Diodoro da Sicília (I a.C.) narra que estes escravos eram sujeitos a deploráveis maus-tratos, a bem dizer, diários e, na maioria das vezes, injustificáveis e exercidos por mero capricho dos senhores. Tal brutalidade provocava grande sentimento de ódio em relação aos senhores, sendo a causa de revoltas em massa (Wickham 2014: 127). No entanto, Wickham diz que, em certas partes do mundo romanizado, “é provável que as minas tenham sido exploradas principalmente por habitantes locais (livres ou escravos) e por *damnati ad metallum*, em vez de *servi publici*” (Wickham 2014: 173-174), ou seja por “condenados ao metal” em vez dos habituais “servidores públicos”.

Na Grécia, era permitido aos escravos trabalharem com o seu senhor como assalariados. Aliás, chegou a ser confiada a escravos a gestão de propriedades agrícolas como feitores (*uilici*), que geriam outros escravos, e tomavam conta de toda a produção, nomeadamente após ter alastrado a pobreza e a morte de proprietários em consequência de guerras. Por outro lado, havia escravos gregos que participavam na produção de calçado e de mobiliário; nos serviços (como operações bancárias e comércio); nas minas (que por vezes lhes eram concessionadas); serviços de policiamento; trabalhos nas tarefas religiosas; serviços de auxílio médico; e, entre outras atividades, em obras do domínio público. Os escravos podiam receber ensino escolar, na escola privada do senhor (*paedagogium*), na Grécia como em Roma, com o objetivo de lhes dar conhecimentos técnicos para as suas atividades e/ou prepará-los para a condição de libertos.

3. Mercado de escravos em todo o Mediterrâneo

Na altura, havia grandes mercados de escravos, como em Delos, Éfeso, Quios, Bizâncio e Sárdis. Wickham fala do “extraordinário tráfico de

escravos em Delos”¹ (Wickham 2014: 179), ilha do mar Egeu; diz que foi o “primeiro grande mercado de escravos que foi identificado e datado do final do século II a.C. [...], centro de venda de escravos que decorreu da pirataria desenfreada”² (Wickham 2014: 179). Bettany Hughes, historiadora, autora de história clássica na TV britânica Channel 5, refere: “A história falamos de, pelo menos, 10 mil pessoas vendidas por dia. [...] Sob o domínio dos romanos, grande número de pessoas sequestradas por piratas foram para Delos antes de serem vendidas, pensando-se que os escravos foram mantidos em barcos nas baías”³ (Hughes 2020). Também existiam mercados temporários em todo o Mediterrâneo. Muitos escravos eram mantidos em gaiolas ou currais. Andavam esfarrapados. As mãos eram presas por correntes ou por cordas atrás nas costas ou usavam grilhões nos tornozelos. Os romanos preferiam acorrentá-los pelo pescoço. Muito frequentemente, os mercadores acompanhavam os soldados nas investidas de pilhagens e capturas de escravos e às vezes atuavam em conjunto. “Os cativos geralmente eram comprados por comerciantes mais próximos da batalha, em vez de transportados pelas forças armadas para os mercados”⁴ (Wickham 2014: 183). Os pés dos cativos recém-adquiridos eram branqueados como indicação que eram estrangeiros. Os éditos dos *aediles curules* obrigavam a fornecer todas as informações ao comprador: a origem do escravo, se alguma vez fugiu ou foi violento e outros defeitos graves; podia rescindir a transação até 6 meses ou, se encontrasse algum defeito, 1 ano. Era tida como uma profissão desonrosa, um estigma muito negativo, a profissão de mercador de escravos, quase sempre nunca assumida. Nos leilões, os escravos não eram a única “mercadoria” vendida. Quando caía no tráfico, o escravo sujeitava-se a percorrer uma cadeia de vários mercados.

Como dissemos, a sociedade grega era uma das que não admitiam que o escravo comprasse a sua liberdade, mas admitia que pudesse acontecer a pedido do dono. A alforria também podia ocorrer se o escravo, tendo alcançado um pecúlio, combinaria com uma terceira pessoa que comprasse a sua liberdade ao seu senhor. Aliás, na Grécia havia associações e pessoas que emprestavam dinheiro aos escravos para esse fim; depois, se não pudessem angariar o dinheiro, regressariam à condição de escravos. No entanto, o *dominus* podia prescindir do pecúlio e conceder a liberdade. Na sociedade

¹ Tradução da nossa autoria.

² Tradução da nossa autoria.

³ Tradução da nossa autoria.

⁴ Tradução da nossa autoria.

grega, os libertos não adquiriam cidadania; eram integrados numa condição idêntica à dos metecos. Tal como as mulheres e os escravos, não podiam fazer parte do processo político.

Conforme Cícero, Diodoro e Dionísio de Halicarnasso tinham alertado, a opressão sobre os escravos desencadeou três grandes revoltas – na Sicília, por duas vezes (+ - de 136 a 132 a.C., e + - de 104 a 101 a.C.) e no sul de Itália (73-71 a.C.), esta liderada pelo mítico gladiador Espártaco, com outros 70 gladiadores e muitos escravos e camponeses pobres. As revoltas foram dominadas, mas Roma teve de retirar daqui uma lição: ficou “com a sua economia enfraquecida pelas devastações e uma perda de mão de obra não inferior a 100 mil homens. Foi a aristocracia que acusou o golpe mais duro, em benefício do partido popular” (Montenegro 2006: 132). Também em Delos houve revolta de escravos, no ano 130.

Roma, em relação aos escravos, já tinha tomado medidas jurídicas e implementou outras por esta altura. Afinal, revelaram-se ineficazes, pois, como vimos, era grande o sentido de revolta dos escravos: Tibério (governou entre 14 e 37 d.C.) assinara a *lex Petronia de seruis*, que desautorizou a condenação dos escravos às feras (*ad bestias depugnandas*); Cláudio (41 a 54) decretou que os escravos doentes ficassem livres; Domiciano (81 a 96) castigou com penas pecuniárias a castração de escravos por parte dos senhores; Adriano (117 e 138) aboliu a condenação de escravos à morte sem pronúncia judicial e o comércio de escravos para fins tidos imorais; Antonino Pio (138 a 161), sucessor de Adriano, declarou a interdição de os senhores matarem os seus escravos sem justificada razão; com o Cristianismo, apesar de se não desfazer o estatuto jurídico dos escravos, foram valorizadas as uniões conjugais entre escravos (não equiparadas a matrimónio) e passou-se a admitir a prostituição da escrava e a sua participação em eventos teatrais.

4. Da Comédia Nova (grega) à Comédia Romana (*fabula palliata*)

A comédia foi o género literário que evidenciou o escravo como figura representada. A redução do ser humano à condição de coisa/objeto, apesar de ser geralmente aceite, não deixou indiferente certas vozes críticas, que foram lançando o debate ético-filosófico sobre o assunto. A comédia ia ao encontro da essência desse debate, fornecia retratos sociais que, sem fazer julgamentos, contribuiu para uma crescente consciencialização em relação à baixíssima condição do escravo, cuja representação não deixava, no entanto, de ser também uma espécie de catarse para os oprimidos, proporcionando

assim uma reconciliação do indivíduo com o seu próprio ser enquanto pessoa, com a sociedade e com a vida do dia a dia. Cláudia Amparo Teixeira e Paulo Sérgio Ferreira afirmam:

De toda a literatura latina que nos chegou, é, com efeito, no universo da comédia que o escravo adquire maior protagonismo e desenvolve uma formulação que se revela mais humanizada, devedora e credora de sentimentos, angústias, alegrias e dotada de pensamento abstrato, capaz de congeminar, entretecer, ajudar. (Teixeira e Ferreira 2005: 109)

Antes de estudarmos a Comédia Romana temos de ir às suas origens, nomeadamente à Comédia Nova (*Néa*), da Grécia, que se situa em Atenas entre 336 e 250 a.C. Distinguiu-se da Comédia Antiga (*Archaia*). Esta, do século V a.C., caracterizava-se pelos seus ingredientes de grande agressividade, tanto a nível da sátira pessoal, atacando figuras conhecidas da sociedade, bem como pela sua tonalidade política; teve como principal representante Aristófanes (447-385 a.C.), em cujas primeiras comédias já aparecia a figura do escravo, embora em posição subalterna. Depois, o comediógrafo eleva a posição do servo na comédia *Rãs*. Defendia a igualdade de direitos entre os seres humanos: “Vamos tratá-los a todos como família, reconhecer-lhes os mesmos direitos, dar-lhes estatuto de cidadãos, já que nos acompanharam nos combates navais, porque, caso contrário, ainda um dia havemos de ser acusados de uma grande falta de senso” (Aristófanes *apud* Silva 2014: 700-705).

A Comédia Nova também se diferenciava da Comédia Média (*Mése*). Esta, situada nos inícios do século IV a.C., tinha como principais representantes Antífanes (408-334 a.C.) e Aléxis (375-275 a.C.); fazia uso de temas mitológicos. A Comédia Nova era mais trabalhada do que as que a precederam; os enredos eram preenchidos com ações bem estruturadas e diversificadas e mais condizentes com a realidade. As personagens eram também mais bem granjeadas e demoradas na caracterização. Os enredos, na maioria das peças, tratavam de desentendimentos amorosos; os finais (sempre felizes) eram resolvidos entre o fator de surpresa pela revelação da autêntica identidade dos protagonistas – e quase sempre os problemas eram resolvidos pelo “acaso”, fruto de coincidências e encontros inesperados. No início das peças, eram evidenciadas as classes sociais, como fator de diferença nos seus interesses, e a pobreza, entre outros aspetos. A característica mais importante foi o abandono da sátira política, dando maior importância às peripécias quotidianas das pessoas mais comuns.

A Comédia Nova, dado o seu prestígio, vai servir de modelo e de inspiração metodológica, temática e estrutural para as produções posteriores, principalmente para a Comédia Romana. Pontificam nomes como Menandro (342-292 a.C.) – figura superlativa –, Filémon, Dífilo e Filípides. Os temas mitológicos deixaram de inspirar estas peças.

Menandro introduziu inovações. Por exemplo, criou personagens-tipo que se tornaram célebres: parasitas e cortesãs de bom coração, o velho avarento, o velho tolo mas bondoso, o pai idoso rabugento e, entre outros, elevou o escravo a um ser de grande esperteza.

A Comédia Nova, a nível técnico, criou o prólogo, tal como Eurípides tinha feito na tragédia; tirou importância ao coro, que se mantém, mas somente em cenas lúdicas de canto e de dança; a peça é dividida em cinco atos, o que passa a ser regra a partir de então. Esta divisão corresponde à propalada por Horácio (65-8 a.C.), quase três séculos depois: “Que a peça nunca tenha mais do que cinco atos nem menos do que esse número...” (Horácio *apud* Fernandes 2001: 189-190).

A Comédia Nova conheceu uma prestigiada evolução, numa sociedade com hábitos mais urbanos, de costumes mais refinados, em que se evidenciava melhor a reflexão cultural, artística, filosófica e a nível moral. Aristóteles distingue as duas fases da comédia: para os autores da Comédia Antiga a linguagem indecente era divertida, enquanto para os da Comédia Nova bastavam meias palavras para fazer rir o público.

Em Roma, encontramos comediógrafos marcadamente inspirados na Comédia Nova, até porque a capital do império recebia indivíduos de origem grega. Por exemplo, Lívio Andronico, antigo escravo que o seu senhor libertou, foi levado para Roma, onde fez traduções literárias do grego para o latim, depois de ter sido feito prisioneiro de guerra. Estes autores romanos sofreram a “contaminação” helénica (*contaminatio*), a influência do tipo de teatro já mencionado, em que se fazia combinação de vários pormenores de várias origens, fundidos na ação de uma só comédia. Na generalidade dos casos, as comédias latinas abordavam temas passados em cidades gregas, as personagens tinham nomes dos helenos, todos os adereços em palco e até as roupas que os autores vestiam eram uma imitação do vestuário dos gregos. Mesmo o manto (*pallium*), que se destacava nas personagens principais, era um adereço imitado ao que se usava na Grécia. De maneira que este tipo de comédia em Roma foi batizado por *fabula palliata*. A Comédia Romana também imitava outra herança grega: a jovem que fora raptada por piratas e entregue a um mercador de prostituição (*leno*); o soldado fanfarrão que regressa

do oriente e gaba-se de histórias mirabolantes; os flautistas e os músicos; o parasita que vive à custa de um protetor que sobrevive alimentado por ele; e, entre outros, os estrangeiros. Quanto à estrutura interna da Comédia Romana, esta, a bem dizer, era idêntica à Comédia Nova, exceto a nível dos coros, que foram eliminados. As peças tinham partes faladas e cantadas, não eram dívidas em atos, não obstante terem um prólogo, habitualmente.

5. Plauto – *Os Cativos e Epídico*

Na Comédia Romana, destacam-se dois autores: Plauto (240-184 a.C.), que atingiu grande popularidade, e Terêncio (190-depois de 160 a.C.). O primeiro é, a nível literário, exclusivamente comediógrafo. A maioria das suas peças é adaptada da Comédia Nova, com eventuais exceções de *Anfitrião*, *O Persa* e *O Pequeno Cartaginês*. Maria Helena Ureña Prieto refere: “Plauto aproveitou a Comédia Nova grega de onde extraiu motivos, romanizando a linguagem e os pormenores e acrescentando intervalos musicais, o que dá às suas comédias às vezes uma feição de opereta” (Prieto 2006: 259). Sobre as adaptações das comédias gregas feita pelo autor, refere que nelas “estão constantemente presentes realidades romanas, embora se aproveite de se situar a ação fora de Roma para introduzir tipos que poderiam escandalizar a sociedade do seu país” (Prieto 2006: 259). A investigadora garante que “o escravo representa nas comédias de Plauto papéis muito importantes que a Roma de todos os dias não lhe concederia. Inteligente, astucioso [...], o escravo conduz muitas vezes a ação” (Prieto 2006: 259). Além de usar a “contaminação” grega, Plauto recorre também ao vestuário romano, nomeadamente a *togata* (toga) e *pratexta* (toga bordada dos magistrados romanos).

Plauto terá nascido em Sársina, uma pequena cidade da costa do Adriático, na Úmbria, na região centro de Itália, no decorrer da Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), durante a República romana, altura que não era só de expansão militar, mas também de grandes mudanças culturais. A sua carreira literária terá tido início durante a Segunda Guerra (218-201 a.C.) e prolongou-se por três décadas situadas na transição do final do 3.º para o 2.º século (215-185 a.C.). A vida do comediógrafo tem algo de lendário. Até aos nossos dias, chegaram-nos 21 peças mais uma fragmentada da sua autoria. Foram-lhe atribuídas mais de 130 comédias. Trata-se de um número exagerado, porque, após o seu falecimento, e dada a sua popularidade, não terão faltado indivíduos a atribuírem-lhe a autoria de comédias apenas para garantirem a adesão do público. Aires Pereira do Couto certifica:

[...] das 130 comédias que chegaram a ser atribuídas ao Sarsinate, Varrão considerou 90 seguramente espúrias, 19 de autenticidade duvidosa (as chamadas pseudovarronianas) mas que, por tradição e por razões de carácter estilístico, podiam ser consideradas plautinas, e 21 seguramente plautinas, as chamadas varronianas. (Fonseca et al. 2005: 9)

O comediógrafo em referência é polivalente: autor, ator e diretor de cena. Tem sido muito difícil aos especialistas estabelecerem uma cronologia das comédias do autor, que, segundo Aires Pereira do Couto, dividiram o conjunto em três grupos, a saber:

1) As comédias da fase inicial (até 200 a. C.) – *O Mercador*, *A Comédia dos Burros*, *O Soldado Fanfarrão*, *A Comédia da Cestinha e Estico*;

2) As comédias da fase da maturidade (da primeira década do século II a. C.) – *Anfitrião*, *Os Dois Menecmos*, *Gorgulho*, *O Calabre*, *A Comédia da Marmita*, *O Persa*, *O Pequeno Cartaginês*, *A Comédia do Fantasma e Epídico*;

3) As comédias dos últimos anos da vida do poeta: (191-184 a. C.) – *Psêudolo*, *As Duas Báquides*, *As Três Moedas*, *Os Cativos*, *Truculento e Cásina*. (Fonseca et al. 2005: 9)

Conclusão

Como vimos, os modelos dos comediógrafos latinos eram muito de inspiração grega. Os temas incidiam sobre a vida quotidiana ou, por exemplo, o enredo centrava-se num conflito amoroso em torno da paixão de um jovem por uma cortesã, rapariga livre ou até mesmo escrava, enquanto o pai o destinara para outra mulher com objetivos sociais mais elevados. Pelo meio, metem-se o soldado fanfarrão, muito ciente do seu *glamour*, embora frustrado; o alcoviteiro, que só pensa no dinheiro; o parasita, comilão e bajulador que vive à custa de um protetor; e os escravos, coitados, que têm de usar da sua inteligência para, com artimanhas várias, enganar a vigilância doméstica e vencer os seus rivais.

Apesar de se inspirar na Comédia Nova, Plauto, com originalidade e independência, usou de liberdade literária e não estabeleceu para as suas obras uma obrigatoriedade rígida dos cânones gregos. Por exemplo,

mudava o título da obra várias vezes; os finais, sendo sempre felizes como na comédia helénica, não culminavam no fator de surpresa; recuperou elementos primitivos de farsa popular, nomeadamente os cantos fesceninos (improvisações de carácter satírico, lascivas e mordazes), o mimo (com gesticulação e obscenidades), a *atelana* (uma farsa de máscaras) e a *satura* (que era uma simbiose de dança, música e diálogos). Aliás, segundo George E. Duckworth, “Plauto, ao favorecer tramas de trapaça, aparentemente tornou o engano e a intriga muito mais proeminentes. Nisso, provavelmente, ele foi influenciado pelo antigo drama popular italiano”¹ (Duckworth 1952: 35) – isto é, pela tradição local, com elementos latinos. Walter de Medeiros afirma que “todas as peças de Plauto estão, como as de Terêncio, divididas em cinco atos” (Medeiros1999: 22). Só podemos compreender que essa divisão tenha sido feita pelos editores modernos. Mesmo assim, Medeiros admite que algumas comédias podiam ter sofrido compressões feitas pelo próprio Plauto. O certo é que Aires Pereira do Couto, ao dar-nos outro exemplo de diferenciação em relação à Comédia Nova, afirma que Plauto substituiu a tradicional divisão das comédias (de 5 atos) pela alternância *cantica/diuerbia* – a parte cantada e a parte falada, respetivamente –, que era o eixo estrutural para o desenrolar da comédia. A ação decorria sem interrupções, salvo alguns momentos preenchidos musicalmente (Fonseca *et al.* 2005: 15). Sobre as fontes dos ingredientes primitivos de farsa popular recuperados por Plauto, Couto acha que é difícil dizer com precisão as que tiveram de facto influência neste autor:

[...] quase todos os investigadores aceitam, no entanto, que elas devem ter potenciado a presença do tema do engano e do equívoco, a paródia de temas sérios, o recurso a expedientes cómicos como grosserias, insultos, obscenidades, cenas de pancadaria ou de bebedeira, e ainda o desenvolvimento do papel do canto, da música, da dança e de toda uma movimentação e uma alegria que o tornam original e que, pela forma genial como o Sarsinate soube transformar o espírito dos seus modelos e adaptá-lo às velhas farsas itálicas, lhe trouxeram um êxito sem precedentes no teatro latino”. (Fonseca *et al.* 2005: 14-15)

Não obstante Plauto e Terêncio serem os dois dignos representantes da comédia latina, o segundo, apesar de não ser tão popular, é mais refinado e subtil, destinado a um público mais culto. Apesar de ambos terem em comum a “contaminação” grega (*contaminatio*) e a composição de *fabula palliatae*, as características das suas comédias são muito diferentes entre si.

¹ Tradução da nossa autoria.

Enquanto o Sarsinate leva à cena comédias muito mexidas, movimentadas, com correrias, atropelos e cenas de pancadaria, Terêncio privilegia ações mais tranquilas, que não deixam de ter peripécias alegres e aventuras galantes. O humorismo civilizado de Terêncio “não é alheio a uma certa melancolia” (Prieto 2006: 339). É admirado por autores de várias épocas: Cícero, Horácio, Petrarca, Molière e Goethe, entre outros.

Centrando mais a nossa análise n’*Os Cativos*, de Plauto, a referida comédia diferencia-se de todas as outras do comediógrafo, a nível da ação e das personagens – até mesmo em relação às personagens-tipo (por exemplo, sem a figura do alcoviteiro, do soldado fanfarrão ou da prostituta maldosa) –, bem como da linguagem; não há intriga amorosa, ao contrário de outras obras plautinas, em que muitas vezes um jovem de conceituada família se apaixona por uma cortesã possuída de beleza e que tem a oposição do pai por razões do foro social; não há cenas de maroteira, sem ocorrências ostensivas ou um plano qualquer de extorsão de dinheiro; não há questões nem contendas; o pai, já velho, não é rabugento, é um homem justo e de boa palavra, que cumpre o que promete; não há personagens mulheres nem se faz menção a alguma, são todas masculinas: Ergásilo (parasita), Hegião (velho, pai de Filópolemo e de Tíndaro), Escravos Flageladores, Filócrates (jovem prisioneiro de guerra), Tíndaro (jovem prisioneiro de guerra, escravo de Filócrates), Aristofonte (jovem prisioneiro de guerra), Jovem Escravo, Filópolemo (jovem, filho de Hegião) e Estalagmo (escravo fugitivo).

O velho Hegião dedica-se ao comércio de prisioneiros de guerra, que se tornam escravos, mas, não obstante tal ofício não combinar com os seus valores éticos, fá-lo justificadamente, apenas com o objetivo de recuperar o seu filho, feito prisioneiro pelas tropas inimigas – mais tarde, ficará privado de ambos os filhos. Leia-se a passagem do diálogo entre Hegião e Tíndaro, ilustrativa do caráter bondade do velho:

Hegião – [...] Não penso que toda a espécie de lucro seja proveitosa para o homem. Eu sei que o lucro já tornou infames muitos homens. Há até ocasiões em que interessa mais, em absoluto, ter prejuízo do que lucro. Eu odeio o ouro. É que ele dá, muitas vezes, muitos maus conselhos a muita gente. [...]

Tíndaro – O que dizes é excelente e justíssimo, és o melhor de todos os homens [...]

(Plauto *apud* Fonseca *et al.* 2005: 325-328 e 333-334)

Helena Costa Toipa salienta bem as características *sui generis* desta obra plautina: “É uma comédia que tem pouco de comédia” (Plauto *apud* Fonseca

et al. 2005: 483). De facto, o tema e o tom empregues são sérios – diremos dramáticos –, num contexto de guerra, em que metade das personagens é prisioneira. Portanto, n' *Os Cativos* a linguagem é sóbria, não havendo lugar a trocadilhos grosseiros característicos de outras comédias do autor. Aliás, o porta-voz da Companhia anuncia, primeiramente no prólogo e depois no final, respetivamente:

Antes de mais, será conveniente atender a que esta história não foi feita do modo usual, nem do mesmo modo que as restantes, nem contém versos obscenos, daqueles que não se devem repetir. Aqui não há alcoviteiro perjuro, nem meretriz maldosa, nem soldado fanfarrão. (*Plauto apud Fonseca et al.* 2005: 54-58)

Espectadores, esta peça foi composta para representar costumes respeitáveis e não há nelas carícias lascivas, nem qualquer manifestação amorosa, nem substituição de crianças, nem vigarices de dinheiro. Aqui nenhum jovem apaixonado liberta uma cortesã, contra a vontade de seu pai. Os poetas inventam poucas comédias desta natureza, em que os bons se tornam os melhores. (*Plauto apud Fonseca et al.* 2005: 1029-1035)

A ação desenvolve-se na Etólia. Hegião, um homem já idoso e natural desta região, era pai de dois filhos: um fora raptado, há vinte anos, com apenas 4 de idade, por Estalagmo, um escravo que lhe fugira e acabara por vender o menino no mercado de escravos de *Élide*; e outro filho, que, passadas essas duas décadas, acabou por ficar prisioneiro às mãos da facção inimiga na guerra que opunha a Etólia à *Élide*. Já sem esperanças de reaver o primeiro descendente, Hegião acredita poder libertar o segundo. É então que se dedica ao comércio de escravos, não com o intuito de fazer disso uma atividade lucrativa, mas tão-somente para poder vir a trocar um dos escravos pelo seu filho capturado. Diz o parasita, Ergásilo: “Agora, este, por causa do filho, tomou esta ocupação desonesta e muito pouco adequada ao seu feitio” (*Plauto apud Fonseca et al.* 2005: 98-100). Com efeito, compra dois escravos – Filócrates, um senhor caído nas malhas da escravatura, e Tíndaro, servo deste, que se vem a revelar de grandes sentimentos, de grande generosidade, e afetuoso. Para concretizar a troca, Hegião está disposto a deixar partir para o seu país um dos seus escravos, para que ele, diplomaticamente, proceda às diligências com o objetivo desse intercâmbio.

Perante esta situação, é então que os dois servos forjam um plano para se libertarem, não por fuga ou situações de violência, mas pela via da inteligência, generosidade e reconhecimento. Propuseram-se que um deles

iria buscar o filho de Hegião cativo na *Élide*. Trocaram as suas identidades e as suas características sociais, vestindo o que o outro vestia – Filócrates passaria a ser Tíndaro, e Tíndaro seria Filócrates. Para obterem autorização do senhor, o embaixador deveria ser o escravo, Tíndaro – que finge ser o patrão –, enquanto o seu senhor, Filócrates, ficaria como penhor, como garantia do outro.

O plano forjado estava a correr muito bem, mas, no entanto, surge Aristofonte por mão de Hegião. Trata-se de um antigo amigo e companheiro de Filócrates, bastante ingénuo, que não percebeu a lógica do plano, tendo este ficado desmascarado. Hegião, percebendo-se do engano, pune severamente Tíndaro, enviando-o para as pedreiras.

No entanto, tudo se resolve e acaba bem, da melhor forma, com recompensa para os bons e castigo para o mau. Este, como vamos ver, será o antigo escravo Estalagmo. Filócrates regressa e traz consigo Filopólemo (depois de o ter resgatado da *Élide*) e Estalagmo, o antigo servo que tinha fugido e levado Tíndaro, ainda menino. Por fim, e depois de revelações feitas pelo antigo escravo, Hegião reconheceu que, afinal, o escravo Tíndaro mais não era do que seu filho, que lhe fora roubado há vinte anos.

A nível formal, a comédia em referência tem um prólogo¹. Plauto condensou os cinco atos da peça em três momentos. O prólogo enuncia o enredo que irá decorrer e antecipa o desenlace: os espetadores ficam a saber a trama que irá ser desenvolvida, principalmente os pontos principais da comédia – por exemplo, o rapto do menino e a captura do seu irmão vinte anos depois –, o plano levado a efeito pelos dois servos de Hegião e o final feliz. Eis os três momentos, com os atos e as respetivas cenas:

1.º momento (I e II Atos²): aborda as passagens em que Hegião pensa trocar os escravos que adquiriu, Píndaro e Filócrates, pela liberdade de Filopólemo e a congeminção dos referidos servos, que trocaram as identidades;

2.º momento (III Ato³): aborda as passagens em que os dois congeminadores são desmascarados pelo ingénuo Aristofonte e, conseqüentemente, a severa punição de Hegião contra Tíndaro, por o ter enganado;

3.º momento (IV e V Atos⁴): aborda as passagens do regresso de Filopólemo, resgatado à facção inimiga, e do antigo escravo de Hegião, Estalagmo, que parecia estar perdido no tempo, bem como o reconhecimento de Tíndaro por parte de Hegião, que o reencontra ao fim de vinte anos.

¹ O prólogo compreende os versos 1-68.

² Os I e II Atos compreendem os versos 69-460.

³ O III Ato compreende os versos 461-767.

⁴ Os IV e V Atos compreendem os versos 768-908 e 909-1028, respetivamente.

Não obstante estarmos perante uma comédia de linguagem sóbria, com um tema sério, não destinada a uma faceta risível, há partes que se revelam divertidas, mais propriamente no Ato III, na cena IV, entre Hegião, Tíndaro e Aristofonte, muito por parte deste, cuja ingenuidade, comprometedora para o plano congeminador, se torna patética:

Aristofonte – Cala-te um pouco; eu farei que tu, falso Filócrates, te reconheças como hoje o verdadeiro Tíndaro. Que sinais são esses que me fazes?

Tíndaro – Ei estou a fazer-te sinais?!

Aristofonte – O que aconteceria se tu estivesses mais longe?

Hegião (para Tíndaro) – Que dizes? Que aconteceria se eu me aproximasse deste louco?

Tíndaro – Tolices? Serás gozado! [...]

(Plauto *apud* Fonseca *et al.* 2005: 610-616)

Por outro lado, os três momentos acima explorados estão interligados entre si pela ação do parasita, Ergásilo, que é a personagem que alegra a comédia, embora moderadamente. Faz-se convidado para os banquetes. Não obstante algumas peripécias em que se nota desespero e lamento na ansiedade de obter o sustento garantido pelo velho Hegião, é uma personagem muito faladora, insistente, com as suas pequenas artimanhas, lamentando-se sempre pelas refeições pequenas e fracas, ávido de faustosos repastos. Ergásilo alegra-se com a felicidade de Hegião, com o final feliz de reconhecimento e reencontro com os filhos; viu no porto o regresso de Filócrates, Filopólemo e Estalagmo e isso era o indicador de que tudo iria acabar bem. O parasita sabe que a felicidade de Hegião seria também a sua, passaria a ter sempre à disposição comida em abundância, já cansado a deambular entre a casa do idoso e o fórum à procura de comida. No entanto, embora se mostre interessado, tem compaixão pela dor do velho e elogia com reconhecida gratidão o filho Filopólemo por o ter ajudado nas suas necessidades. Por exemplo, veja-se esta passagem, que não deixa de ser engraçada, não obstante o lamento:

A malta nova deu-me o nome de Cortesã, e isto porque, nos banquetes, não costumo ser convidado. Sei que os zombeteiros dizem que este é um nome despropositado, mas eu digo que tem todo o sentido; com efeito, vejamos o que se passa com a cortesã, no banquete: quando lança os astrágalos, o amante invoca a sua cortesã. A cortesã é ou não convidada? Certamente que é! Mas, caramba, a verdade é que nós, parasitas, somo-lo ainda mais: a nós nunca ninguém nos convida ou invoca. Somos uma espécie de ratos: alimentando-nos sempre de comida alheia. (Plauto *apud* Fonseca *et al.* 2005: 70-78)

Os Cativos cultivavam valores muito condizentes com o estoicismo, ao pautar-se, como diz Helena Costa Toipa, pelo espírito de sacrifício e nobreza de sentimentos, pela gratidão, pelos valores da amizade, da fidelidade, da justiça e do amor paternal e filial (Plauto *apud* Fonseca *et al.* 2005: 483).

Quanto a *Epídico*, estamos perante uma comédia diferente, dentro dos cânones da maioria das comédias plautinas. O escravo Epídico encontra-se desesperado. O seu amo mais novo, Estratípocles, que se encontra na guerra e filho de Perífanos, incumbiu-o de uma ingrata missão: resgatar a sua amada, a lirista Acropolístis, junto do alcoviteiro. Epídico, com a sua nata habilidade convence Perífanos a comprar o resgate da rapariga em referência, dizendo que era sua filha bastarda. O velho aceita pagar o valor do resgate. Porém, o jovem Estratípocles chega da guerra, mas, para espanto do escravo diligente, informa-o de que, entretanto, se tinha apaixonado por outra mulher, de nome Teléstis, e que já a tinha resgatado através de um empréstimo contraído junto de um agiota. Com efeito, o jovem leviano e inconstante pede a Epídico que lhe arranje o dinheiro para pagar a dívida ao usuário. De maneira que o escravo usou de nova artimanha e voltou a enganar o velho Perífanos. Com a sua oratória, convenceu o idoso a desembolsar o dinheiro necessário para resgatar e afastar de imediato uma cortesã, através de uma segunda venda, cortesã essa por quem o seu filho estava apaixonado. Nessa altura, as mentiras de Edípico começam a ser descobertas. Porém, o escravo é salvo, porque afinal Teléstis, a segunda paixão de Estratípocles, era irmã deste, porque era filha de Perífanos, fruto de uma relação na juventude deste, com uma mulher de nome Filipa.

O final é feliz neste tipo de teatro e verifica-se o reconhecimento: Epídico vê-se livre do castigo, Perífanos acolhe a sua filha, Teléstis, bem como Estratípocles. Este, sendo irmão daquela, acaba por aceitar o primeiro amor, a lirista Acropolístis. Mas em *Epídico* está patente o carácter (mau) do amo, ilustrativo da crueldade em relação aos escravos (que não encontramos em nenhuma passagem d' *Os Cativos*), quando Epídico, sinceramente indignado, responde com duas perguntas a Estratípocles, em cada passo temendo as consequências de eventualmente não satisfazer os caprichos do amo e, por consequência, sujeitar-se às chibatadas e outras punições: “E eu é que tenho de amargar a expiação da tua parvoíce?... As minhas costas é que tu ofereces como bode expiatório da tua parvoíce?...” (Plauto *apud* Medeiros 1999: 140).

Comparando *Os Cativos* com *Epídico*, Plauto recupera na segunda comédia as personagens-tipo, como a cortesã e o jovem apaixonado (intriga

amorosa), o soldado fanfarrão e faz alusão ao alcoviteiro, que não intervém nos diálogos.

Referências bibliográficas

- Amaral, António Campelo e Gomes, Carlos. 1998. *Aristóteles. Política*. Lisboa: Vega.
- Campos, J.A. Segurado. 2014. *Lúcio Aneu Séneca. Cartas a Lucílio*. 5.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duckworth, George E. 1952. *Nature of Roman Comedy: A Study in Popular Entertainment*. Nova Jérsea (EUA): Princeton University Press.
- Fernandes, R. M. Rosado. 2001. *Horácio. Arte Poética*. 4.ª ed. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Fonseca, Carlos Alberto Louro, et al. 2005. “Os Cativos”. In: *Plauto. Comédias I*. Coimbra e Lisboa: FLUC-INCM, 481-569.
- Joly, Fábio Duarte. 2005. *A Escravidão Na Roma Antiga*. S. Paulo: Alameda Casa Editorial.
- Lourenço, Frederico. 2018. *Homero. Odisseia*. Lisboa: Quetzal Editores.
- 2019. *Homero. Iliada*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Medeiros, Walter. 1999. *Plauto. Epidico*. Lisboa: Edições 70.
- Montenegro, Ángel. 2006. “A Luta pelo Poder Pessoal: o Principado de Pompeu (79-60 a.C.)”. In: Lopes, Maria Helena Trindade (coord.), *Grande História Universal – Roma Até à Dinastia Antonina*. Alfragide Ediclube, 127-146.
- Neila, Juan Francisco Rodríguez. 2006. “Economia e Sociedade Durante a Época Republicana”. In: Lopes, Maria Helena Trindade (coord.), *Grande História Universal – Roma Até à Dinastia Antonina*. Alfragide Ediclube, 165-192.
- Pereira, Maria Helena Rocha. 2009 (10.ª ed.). *Hélade – Antologia da Cultura Grega*. Lisboa: Guimarães Editores, S.A.
- 2010. *Romana – Antologia da Cultura Latina*. 6.ª ed., aumentada. Lisboa: Guimarães Editores, S.A.
- 2011. *Platão. República*. 14.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Prieto, Maria Helena Ureña. 2006. *Dicionário de Literatura Latina*. Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo.
- Silva, Maria de Fátima. 2014. *Aristófanes. Rãs*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Stewart, Roberta. 2012. *Plautus and Roman Slavery*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Teixeira, Cláudia Amparo & Ferreira, Paulo Sérgio. 2005. “Visões da Escravidão na Literatura Latina”. In: Oliveira, Francisco de. (coord.), *Génese e Consolidação da Ideia de Europa – Vol. III – O Mundo Romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 103-122.
- Wickham, Jason Paul. 2014. *The Enslavement of War Captives by the Romans to*

146 BC. Universidade de Liverpool. Internet. Disponível em https://www.academia.edu/8389903/The_Enslavement_of_War_Captives_by_the_Romans_to_146_BC (consultado em 20 de julho de 2021).

Filmografia

The Biggest Slave Market In Roman Times. 2020. 10 min. Direção: Bettany Hughes. Produção: TV Channel 5. Reino Unido. Internet. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=liiBrGxFBaM> (consultado em 1 de julho de 2021).